



## Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

### Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)



Relatório gerado por: [jneomaster@hotmail.com](mailto:jneomaster@hotmail.com)

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-ptica-juridica--n.html">http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-ptica-juridica--n.html</a>	941	13,02
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://s3.amazonaws.com/cambury-site/wp-content/uploads/2018/11/01114656/manual-tcc-direito-2018-2.pdf">https://s3.amazonaws.com/cambury-site/wp-content/uploads/2018/11/01114656/manual-tcc-direito-2018-2.pdf</a>	978	8
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11">https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11</a>	295	5,4
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm">https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm</a>	55	0,78
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-20032012000300008">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-20032012000300008</a>	115	0,77
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01137.pdf">http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01137.pdf</a>	93	0,67
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-93/a-funcao-da-banca-examinadora/">https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-93/a-funcao-da-banca-examinadora/</a>	52	0,51
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://www.superedesafios.com.br/como-a-banca-avalia-o-seu-tcc/">https://www.superedesafios.com.br/como-a-banca-avalia-o-seu-tcc/</a>	10	0,15
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/need-for-social-justice/lang--en/index.htm">https://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/need-for-social-justice/lang--en/index.htm</a>	7	0,09
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf X <a href="https://politicaspublicas.weebly.com/composiccedilatildeo-de-bancas-de-defesa-e-qualificaccedilatildeo.html">https://politicaspublicas.weebly.com/composiccedilatildeo-de-bancas-de-defesa-e-qualificaccedilatildeo.html</a>	0	0



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html> (3053  
termos)

**Termos comuns:** 941

**Similaridade:** 13,02%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA  
DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. Os termos em vermelho foram encontrados no documento  
<http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

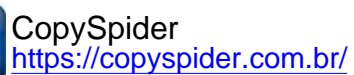
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_ -



Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome nota

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate



the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade **que o presente artigo** estará delineado.

Insta salientar **a necessidade de** oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade **de acordo com** sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que



visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a **necessidade de** angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a **necessidade de** se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como **bem como a** sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a **respeito da** desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades





extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).



Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40



anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes



propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa



Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras **para fins de** reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos **a respeito da** temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos **direitos e garantias** individuais, como no art. 170, **II e III**, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados **para a função** social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do



Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento **em que o** Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais **do trabalho e** da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, **II e III**, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a





utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem **contribuir para a** justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, **para fins de** efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

**BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Brasil, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

**BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

**BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006.** . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário.** Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, **São Paulo, Saraiva,** 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

- a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.
- b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_,  
da  
Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,



o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

23

### ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

---

---

\_\_\_\_\_.

### AValiação COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

#### DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.



d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

**CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos





Visto e carimbo da biblioteca:

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

---

Orientado:

**Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):**

[illegible]



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://s3.amazonaws.com/cambury-site/wp-content/uploads/2018/11/01114656/manual-tcc-direito-2018-2.pdf> (8081 termos)

**Termos comuns:** 978

**Similaridade:** 8%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://s3.amazonaws.com/cambury-site/wp-content/uploads/2018/11/01114656/manual-tcc-direito-2018-2.pdf>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROFª ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA



---

Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

---

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

---

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão  
acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of



bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade **que o presente artigo** estará delineado.

Insta salientar **a necessidade de** oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes **da Constituição Federal** de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade **de acordo com** sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar



Rodrigues (2009) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária,





incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91



(Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com



incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta



política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações **em que são** submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como **para que se** estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui **para que se** crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como



agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras **para fins de** reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos **a respeito da** temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos **direitos e garantias** individuais, como no art. 170, **II e III**, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados **para a função** social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana,



em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento





para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem **contribuir para a** justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, **para fins de** efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, **no caso de** iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

**BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Brasil, Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

**BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

**BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006.** . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito** Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, **São Paulo, Saraiva,** 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson



Gonçalves de Carvalho. –**Rio de Janeiro**: Fundação Cecierj, 2015.

CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, **São Paulo**, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. **Rio de Janeiro**: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – **São Paulo**: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito->





agrario/>. Acesso em: 01 out. 2019.

RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.

RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

- a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.
- b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da



Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,  
o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24



## DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como



modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.

d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

**CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos





27

Aluno: \_\_\_\_\_  
 Curso: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
 Data da defesa \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Título do TCC apresentado:**

Prof.Orientador:\_\_\_\_\_

**Orientado:**

Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo

**Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):**



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11> (645 termos)

**Termos comuns:** 295

**Similaridade:** 5,4%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. Os termos em vermelho foram encontrados no documento**  
<https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11>

=====

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

ORIENTADORA: PROFª ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA

2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à **disciplina Trabalho de Curso I**, curso de Direito **da Faculdade Cambury**, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

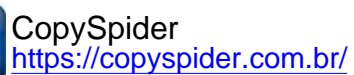
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof.	Titulação, Nome	nota
---	-----------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota
---	------

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

## SUMÁRIO



1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, **o presente artigo**, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a



perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade **que o presente artigo** estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o



progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse





setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23



bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a



de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa



de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por ai só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-



terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek,



trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à





jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

\_\_\_\_\_  
Coorientador (a)

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_, o



(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AValiação COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:



---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

---

---

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.
- d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar



gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo: \_\_\_\_\_

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

25

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório  
: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos

Coordenadora de TCC





Visto e carimbo da biblioteca:

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Tipo de Trabalho: ☐ Monografia ☒ Artigo

[illegible]



Prof. Orientador:

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#)  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm> (1948 termos)

**Termos comuns:** 55

**Similaridade:** 0,78%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#). Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>**

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

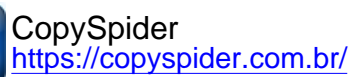
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof.	Titulação, Nome	nota
---	-----------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota
---	------

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

## SUMÁRIO



1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta <b>de Reforma Agrária</b> .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural **é o que** melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a



perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o



progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse





setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23



bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da **Agricultura e Pecuária** que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a **Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991**, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a **produção de carne de aves** aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a



de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa



de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-



terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivos, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek,



trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à





jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)&gt;. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)&gt;. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
**Disponível em:** <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

\_\_\_\_\_  
Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da  
Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,  
o



(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

#### AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

#### MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:



---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

---

---

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.
- d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar



gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo: \_\_\_\_\_

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório  
: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos

Coordenadora de TCC





Visto e carimbo da biblioteca:

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Título do TCC apresentado:

---

Orientado: \_\_\_\_\_

Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Prof. Orientador:

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#) (5111 termos)

**Arquivo 2:** [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032012000300008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300008) (9933 termos)

**Termos comuns:** 115

**Similaridade:** 0,77%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#). **Os termos em vermelho foram encontrados no documento** [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032012000300008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300008)

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

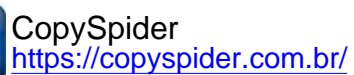
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_ -



Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof.	Titulação, Nome	nota
---	-----------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome nota

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta <b>de Reforma Agrária</b> .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto **da Terra**, **que** ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas **como meio de** se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações **que vivem no** campo, o desenvolvimento rural **é o que** melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, **por meio da** utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate



the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos **Conflitos Fundiários**, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, **no que diz respeito ao acesso à terra**, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado. Insta salientar **a necessidade de** oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui **à propriedade privada**. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em **respeito à terra** e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do **direito de propriedade**, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes **da Constituição Federal** de 1988 já se debatia **sobre a posse**, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia **a visão de que o** ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade **de acordo com** sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

**Nas palavras de** Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento **do imóvel rural**”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que



visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassalos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades





extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).



Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40



anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar **sobre o desenvolvimento** da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade **com a finalidade de** consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo **no processo de** democratização na distribuição de terras **assim como no** processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto **da Terra** **e** como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta **de Reforma Agrária**

**De acordo com** o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes **de terras para** famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto **da Terra, que** foi criado em 1964, garante **que o Estado** tem a obrigação de dar direito **ao acesso à terra** para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação **das capitanias hereditárias e do sistema de** sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com **a independência do Brasil, a** demarcação **de imóveis rurais** ocorreu através **da lei do** mais forte, resultando em grande violência e concentração **de terras para** poucos proprietários, sendo esse problema prolongado **até os dias** atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes



propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária **da terra**, **mas** também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham **no meio rural** como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações **de propriedades e** a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição **da propriedade da terra, a regularização fundiária** e a ratificação **de títulos de** terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a **democratização do acesso à terra** e à produção, como **para que se** estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania **no meio rural brasileiro**.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização **da terra, além de** organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui **para que se** crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. **O direito de propriedade** está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por ai só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa



Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham **que é um** movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto **fez com que** novas possibilidades fossem geradas. “A compra **de terras para** a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção **de terras para fins de reforma agrária**, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar **os custos de** obtenção de terras rurais, agilizar **a transferência de domínio e** atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos **a respeito da** temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido **o direito de propriedade**;

O art. 5º, inciso XXII se refere **ao direito de propriedade** individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, **em que a** burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do



Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, **trata-se de um** direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do **direito de propriedade de** forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e **ao direito de** herança, enquanto variações do **direito de propriedade**.

**No** mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e **a propriedade privada** era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um **momento em que o Estado** tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que **a propriedade privada** figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a





utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar **no sentido de** atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar **em consonância com** outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação **da propriedade privada** dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, **para fins de** efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir **o direito de propriedade**, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Brasil, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa **nº 34, de 23 de maio de 2006**. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –**Rio de Janeiro**: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para **a função de** auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite **por parte do** convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_,  
da  
Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,



o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

**DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.



d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ( ) Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ( ) Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ( ) Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ( ) Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ( ) Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ( ) Direitos e Garantias Fundamentais;
- ( ) Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ( ) Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ( ) Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ( ) Direito, Comunicação e Linguagem;
- ( ) Direito Tributário e Financeiro;
- ( ) Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o **certificado de** participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito  
Sara Cristina Rocha dos Santos





Visto e carimbo da biblioteca:

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

---

Orientado: \_\_\_\_\_

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#) (5111 termos)

**Arquivo 2:** <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01137.pdf> (8774 termos)

**Termos comuns:** 93

**Similaridade:** 0,67%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#). Os termos em vermelho foram encontrados no documento <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01137.pdf>**

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

**O DESENVOLVIMENTO RURAL** SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

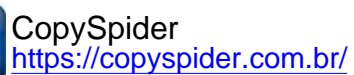
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Examinador Convidado (Coorientador, se houver):	Prof. Titulação, Nome	nota
---	-----------------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota
---	------

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

## SUMÁRIO



1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao **Estatuto da Terra**, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o **desenvolvimento rural** surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e **políticas públicas** como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o **desenvolvimento rural** é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o **desenvolvimento rural** de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

**Palavras Chave:** **Desenvolvimento Rural**; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the **rural development in** an equitable way in a



perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

**Keywords:** Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o



progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a **necessidade de** angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a **necessidade de** se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), **uma das principais** características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio **é uma das principais** atividades e move **boa parte da** economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas **do que é** e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos **para a produção** até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia **Rural e as Políticas** Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto **em que a agricultura** tinha predominância. Basta aqui lembrar que, **na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado** a produção primária, **incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas** vinculadas a esse





setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz **bens e serviços** em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, **as políticas agrícolas** podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início **da Revolução Verde**: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, **uma das principais** foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23



bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a



de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa



de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia **de centros urbanos**, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os **pequenos e médios produtores** rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-



terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto **as pessoas que** assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, **em que a** burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek,



**trata-se de** um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento **em que o** Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar **a atividade econômica** e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à





jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem **estar em consonância com** outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, **no caso de** iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, **São Paulo**, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 **de janeiro de** 1991. Brasil, Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)&gt;. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 **de janeiro de** 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm)&gt;. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, **São Paulo**, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos **de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar** no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. **A educação nos marcos das transformações do rural** contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite **por parte do** convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

\_\_\_\_\_  
Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_, o



(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o

título: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### AValiação Componentes Notas

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

#### MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:



---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

---

---

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.
- d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar



gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo: \_\_\_\_\_

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório  
: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e **Políticas Públicas**;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos

Coordenadora de TCC





Visto e carimbo da biblioteca:

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

Título do TCC apresentado:

---

Tipo de Trabalho: ☒ Monografia ☐ Artigo

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

[illegible]



Prof. Orientador:

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#)  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-93/a-funcao-da-banca-examinadora/> (5099 termos)

**Termos comuns:** 52

**Similaridade:** 0,51%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento** [O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO\(Capítulo2\).pdf](#). **Os termos em vermelho foram encontrados no documento** <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-93/a-funcao-da-banca-examinadora/>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB **A PERSPECTIVA DO**  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

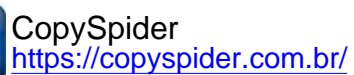
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_ -



Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof.	Titulação, Nome	nota
---	-----------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome nota

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural **é o que** melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como **a segurança jurídica** em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, **o presente artigo**, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate



the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que



visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como **bem como a** sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos **para a produção** até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades





extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n. 8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).



Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela **na qual se** interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas **como forma de** sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40



anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes



propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa



Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto **as pessoas que** assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

**Além de ser um** desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do



Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o **ensinamento de** Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado **tem o dever de realizar** prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais **do trabalho e** da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte **que se pode dizer que** ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a





utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, **São Paulo, Saraiva**, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –**Rio de Janeiro**: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira/pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso**, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para **a função de** auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite **por parte do** convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação nos termos previstos no Manual de **Trabalho de Conclusão de Curso** da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,



o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

---

---

\_\_\_\_\_.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que **o presente artigo** é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias **de outros autores** nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo **as normas da ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.



d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento **de direitos autorais**, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o **Trabalho de Conclusão de Curso**  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte **linha de pesquisa**:

- ( ) Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ( ) Direito **do Trabalho e** Seguridade Social;
- ( ) Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ( ) Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ( ) Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ( ) Direitos e Garantias Fundamentais;
- ( ) Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ( ) Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ( ) Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ( ) Direito, Comunicação e Linguagem;
- ( ) Direito Tributário e Financeiro;
- ( ) Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Coordenação **do Curso de Direito da** Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação **do Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para **conclusão do Curso de Direito**.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito  
Sara Cristina Rocha dos Santos





Visto e carimbo da biblioteca:

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

---

Orientado: \_\_\_\_\_

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

[illegible]



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo **do curso de Direito**



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://www.superedesafios.com.br/como-a-banca-avalia-o-seu-tcc/> (1475 termos)

**Termos comuns:** 10

**Similaridade:** 0,15%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. Os termos em vermelho foram encontrados no documento**  
<https://www.superedesafios.com.br/como-a-banca-avalia-o-seu-tcc/>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROFª ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

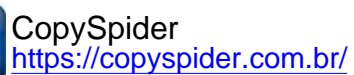
ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Examinador Convidado (Coorientador, se houver):	Prof. Titulação, Nome	nota
---	-----------------------	------

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota
---	------

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

## SUMÁRIO



1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a



perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade **de acordo com** sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009 ) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o



progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse





setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23



bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a



de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas. Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa



de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-



terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham **que é um** movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek,



trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à





jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.



CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.





RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.  
RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.  
Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso**, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de **Trabalho de  
Conclusão de Curso** da Escola de Direito.

\_\_\_\_\_  
Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_,  
da  
Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a\_\_\_\_\_,  
o



(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

#### AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

#### MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:



---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as) Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a) \_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de **Trabalho de Conclusão de Curso** da Escola de Direito, com o título

---

---

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.
- d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar



gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo: \_\_\_\_\_

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vínculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório  
: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou **a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos

Coordenadora de TCC





Visto e carimbo da biblioteca:

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

Título do TCC apresentado:

---

Tipo de Trabalho: ☒ Monografia ☐ Artigo

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Prof. Orientador:

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

\_\_\_\_\_  
Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/need-for-social-justice/lang--en/index.htm> (2227 termos)

**Termos comuns:** 7

**Similaridade:** 0,09%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/need-for-social-justice/lang--en/index.htm>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA



<hr/>	
<hr/>	
Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
<hr/>	
<hr/>	
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
<hr/>	
<hr/>	
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão  
acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a **means of achieving social justice**. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to **the need for social justice**. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions **as well as** legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of



bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar



Rodrigues (2009) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária,





incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91



(Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com



incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta



política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como



agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana,



em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994): Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento





para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson



Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito->





agrario/>. Acesso em: 01 out. 2019.

RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.

RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

- a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.
- b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da



Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,  
o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a)

orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a)

Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as)

Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a)

\_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento

do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24



## DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como



modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.

d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

## CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos





Visto e carimbo da biblioteca:

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Data da defesa        /        /        .

---

---

Orientado:

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito



=====

**Arquivo 1:** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf  
(5111 termos)

**Arquivo 2:** <https://politicaspUBLICAS.weebly.com/composiccedilatildeo-de-bancas-de-defesa-e-qualificaccedilatildeo.html> (11 termos)

**Termos comuns:** 0

**Similaridade:** 0%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento** O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).pdf. **Os termos em vermelho foram encontrados no documento** <https://politicaspUBLICAS.weebly.com/composiccedilatildeo-de-bancas-de-defesa-e-qualificaccedilatildeo.html>

=====

FACULDADE CAMBURY  
ESCOLA DE DIREITO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
ARTIGO CIENTÍFICO

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO  
AGRONEGÓCIO

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS  
ORIENTADORA: PROFª ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Artigo Científico apresentado à disciplina  
Trabalho de Curso I, curso de Direito da  
Faculdade Cambury, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> esp. Anne Neves de Oliveira.

GOIÂNIA  
2019

ORIENTANDA: MAGDA SOUZA SANTOS

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA



<hr/>	
<hr/>	
Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
<hr/>	
<hr/>	
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
<hr/>	
<hr/>	
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão  
acadêmico à



## SUMÁRIO

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO.....	1
1.1 O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2. REFORMA AGRÁRIA.....	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária .....	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

### RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

### ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of



bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

## 1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado.

Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (OPTIZ, 2017)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”. (CC, art. 1196)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

### 1.1 O DIREITO AGRÁRIO

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar



Rodrigues (2009) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitâneas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano. O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

## 1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária,





incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações.

Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. a política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n.

8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91



(Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

### 1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas. Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com



incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado.

### 2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária

De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

Germer preleciona (2007); a reforma agrária é um objeto de grande luta



política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado.

Ainda Germer (2007) ressalta que:

Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terra nos últimos trinta anos [...]

Comparato (2006), relata a situação dos grupos de pessoas que se incluem na reforma agrária, e as situações em que são submetidas:

[...] o público alvo da reforma agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com a posse precária da terra, mas também os sem crédito, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias frias e tarefistas, entre outros. Essa população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como trabalho, educação, saúde, seguridade social. Diante das dificuldades, têm se juntado aos movimentos sociais dos sem-terra como esperança de sobrevivência. (COMPARATO, 2006)

Para Comparato (2006), a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos. A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o MST (2001), a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

Em contrapartida, o MST recebe inúmeras críticas devido às suas diretrizes que impõem a recuperação e o assentamento de terras.

Eles violam a cláusula pátria. O direito de propriedade está inscrito como inalienável. Então é crime ocupar. São criminosos, salteadores, ladrões. A invasão por aí só já é um crime”. Às vezes acontece um crime maior, como



agora em Pernambuco, quando houve o assassinato de segurança”, observa Fendt. O economista faz, inclusive, uma comparação entre a ação dos sem-terra e a de criminosos “urbanos”. “Eles são tão bandidos quanto as pessoas que assaltaram casas em Santa Teresa e estupraram uma menina. Quando o MST invade e faz sorte de violência, acham que é um movimento social.

Não obstante, há severas críticas sobre como alguns governantes negligenciaram o tema sobre os assentamentos.

Além de ser um desafio encontrar terras improdutivas, o circunspecto fez com que novas possibilidades fossem geradas. “A compra de terras para a reforma agrária pela União foi autorizada no Decreto 433/92, que deu ao Incra competência para definir e priorizar as regiões do País consideradas preferenciais para os fins da reforma agrária” (RODRIGUES, 2009).

Instrução Normativa INCRA nº 34 de 23/05/2006, estabelece em seu primeiro artigo:

Art. 1º A transação ou acordo judicial em ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária, somente será realizado quando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como traduzir racionalidade no emprego dos recursos públicos, dentro de critérios técnicos que visem a minimizar os custos de obtenção de terras rurais, agilizar a transferência de domínio e atender a razões de oportunidade e conveniência administrativas.

Dessa maneira, a reforma agrária possui apelo social e político, gerando contradições e conflitos polarizados. O que antes havia traços de justiça e produtividade, passa a ter características de oportunismo, dificultando quaisquer projetos a respeito da temática.

## 2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III, capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana,



em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Jellinek, trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

Trata-se, portanto, da vinculação da propriedade dos bens de produção à satisfação do interesse público, como reza José Afonso da Silva (1994):

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-o aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra à uma função dirigida à justiça social.

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento





para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Essa interpretação permite à doutrina e à jurisprudência inovar no sentido de atribuir funções sociais à empresa e ao contrato, já que estes pertencem à ordem econômica e devem contribuir para a justiça social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer? Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)&gt;. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)&gt;. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 34, de 23 de maio de 2006. . Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006\\_76025.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-34-2006_76025.html). Acesso em: 01 mar. 2020.

BARBOSA, Françoise. Economia Rural. Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio, São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. volume único / Joelson



Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

CARVALHO FILHO. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosidade-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados-no-amazonas)>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÍA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. Ciência que transforma. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira-pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401137](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OPITZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário / Silvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Reforma agrária; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “Direito Agrário Levado a Sério” – episódio 3: A atividade agrária como objeto do Direito Agrário. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito->





agrario/>. Acesso em: 01 out. 2019.

RODRIGUES, Fabrício Gaspar. Direito Agrário, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.

RODRIGUES, Flávio. Governo compra mais terras do que desapropria. 2009.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2015.

25

## DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em \_\_\_\_\_ pela Instituição \_\_\_\_\_, portador(a) da RG. \_\_\_\_\_, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): \_\_\_\_\_, que tem como título: \_\_\_\_\_.

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do profissional com firma reconhecida

21

## CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, \_\_\_\_\_ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor \_\_\_\_\_ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) \_\_\_\_\_, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório: \_\_\_\_\_



---

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Orientando (a)

Procedimento:

a) Este formulário deve ser preenchido e emitido em duas vias, sendo: uma para o convidado (a) e outra para o orientador.

b) Havendo aceite por parte do convidado, o (a) aluno (a) deverá colher sua assinatura no campo acima e em seguida deverá entregar uma via do convite ao orientador.

Declaro que aceito o convite de coorientação  
nos termos previstos no Manual de Trabalho de  
Conclusão de Curso da Escola de Direito.

---

Coorientador (a)

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

22

## ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da



Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a \_\_\_\_\_,  
o

(a) Professor (a) Orientador(a) \_\_\_\_\_ e o (a) Professor(a)  
Convidado(a) \_\_\_\_\_ para realizarem o EXAME DE  
QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho

de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o  
título: \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e  
originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,  
domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

## MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO



Professor Examinador 1:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

23

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala \_\_\_\_\_, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a)

orientando(a) \_\_\_\_\_, o(a) Professor(a)

Orientador(a) \_\_\_\_\_ e os(as) Convidados(as)

Prof.(a) \_\_\_\_\_ e Prof.(a)

\_\_\_\_\_, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento

do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10

Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10

Exposição oral

(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)



0 a 10

Questionamentos da Banca Examinadora

(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Sugestões para correções e alterações:

---

---

---

---

---

Professor/a Orientador/a:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

---

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

---

24



## DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do autor

Declaração de autorização para publicação

Repositório Institucional

Revista Eletrônica

Faculdade Cambury

DECLARAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO

- a) Declaro que o presente artigo é de minha própria autoria e que todas as citações, pensamentos ou ideias de outros autores nele contidas estão devidamente identificadas e referenciadas segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b) Estou ciente de minha responsabilidade legal pelo uso inapropriado de ideias, pensamentos e citações não identificadas e/ou referenciadas.
- c) Autorizo qualquer alteração no texto que for necessária para a correção dos erros de português e/ou digitação, e adaptação do texto nas páginas, quando forem diagramados para a publicação, bem como



modificação de palavras, desde que não comprometa a estrutura do artigo e o pensamento do autor.

d) Com fundamento nas disposições da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade Cambury, a partir desta data.

1 Identificação do autor:

Autor:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Título do artigo:

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nota:

25

## TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) orientador(a) do aluno  
\_\_\_\_\_ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso  
de  
título provisório

: \_\_\_\_\_,

a seguinte linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Professor orientador

Aluno(a) orientado

26

**CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em \_\_\_\_\_, na sala n. \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

Chefe da Escola de Direito

Sara Cristina Rocha dos Santos





27

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
Data da defesa        /        /        .

Título do TCC apresentado:

Prof.Orientador: \_\_\_\_\_

Orientado:

Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):



---

Prof. Orientador:

---

Prof. Membro de Banca

---

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
,  
para integralização do currículo do curso de Direito